

ACERTO DE CONTAS: Comércio, indústria e instituições financeiras já programam elevar preços por causa da nova alíquota

Aumento da CPMF será repassado ao consumidor

Contribuição sobre transações financeiras e Cofins vão provocar reajustes em preços de supermercados e até empréstimos

Geraldo Magella, Marcelo Rehder, Sueli Campo e Ledice Araujo

• SÃO PAULO e RIO. Indústria, comércio e bancos vão repassar o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para os consumidores.

O presidente da Ford do Brasil, Ivan Fonseca e Silva, afirmou ontem que a elevação das alíquotas desses dois impostos vai resultar em um aumento médio entre 1,5% a 2% nos preços dos carros no ano que vem. Atualmente, segundo os cálculos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), apenas a Cofins representa 2,67% do preço do automóvel. Com a nova alíquota, esse percentual sobe para 3,67%. No caso dos carros há um agravante: a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aumentará cinco pontos percentuais em janeiro.

— No fim do ano, vamos trabalhar para que o Governo, pelo menos, prorrogue a atual alíquota do IPI — diz José Carlos Pinheiro Neto, presidente da Anfavea.

Vendas na Volkswagen cairão 22,4% este ano

O maior problema da indústria automobilística será aumentar o preço dos carros em um mercado onde as vendas já estão baixas. Neste ano, a previsão da Volkswagen é vender 450 mil veículos, uma queda de 22,4% em relação às 580 mil unidades no ano passado. Na Ford, a expectativa de vendas no varejo é de uma dimi-

nuição de 23,6% em 1998. Por isso, a estratégia adotada pelos executivos das montadoras é de cautela e vigilância mútua.

— Os aumentos da Cofins e da CPMF aumentarão nossos custos. Mas os preços dos veículos serão dados pelo mercado. Se a concorrência aumentar seus preços, também vamos aumentar os nossos — afirmou Frederick Henderson, presidente da subsidiária brasileira da General Motors.

Supermercados prevêem reajustes de cerca de 1,5%

Os supermercados também já avisam que não vão absorver os aumentos de impostos. O presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Omar Assaf, afirmou que as empresas do setor deverão repassar o aumento da CPMF para o consumidor:

— O setor não tem condições de absorver um centavo sequer de aumento de custo.

Os supermercados estão prevendo reajustes de, no mínimo, 1,5% devido como repasse dos aumentos da CPMF e da Cofins. Segundo o presidente da Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj), Aylton Fornari, esses reajustes serão inevitáveis, quando os impostos entrarem em vigor.

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Arthur Sendas, também confirmou que os novos impostos afetarão o preço final dos produtos. O empresário acredita, no entanto, que a competitividade no comércio deve amenizar esses aumentos. O presidente da Associação Comercial de São Paulo,

Elvio Aliprandi, lembrou que o efeito da CPMF é perverso. Segundo ele, em uma cadeia de 12 fases de produção e distribuição de um produto, a elevação de 0,18 ponto percentual na alíquota terá impacto de 2,18% de alta no preço final ao consumidor.

Os bancos ainda não sabem ao certo como calcular o pagamento do Cofins, pois o setor até agora era isento do tributo, mas já avisam que esse custo a mais será repassado ao tomador de empréstimo.

— A Cofins incide sobre a receita total e acaba elevando o custo de captação do banco, o que resulta num aumento do *spread* para compensar a cobrança — explica o diretor de Tesouraria do Credibanco, Paulo Oliveira.

Tanto os banqueiros quanto os executivos de instituições financeiras têm muitas dúvidas em relação à Cofins.

— Estamos trabalhando com hipóteses e falar de Cofins agora é uma heresia, pois o Governo tem de dizer como essa contribuição será calculada — diz Geraldo Carbone, do BankBoston.

Aumento da Cofins também prejudicará supermercados

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Paulo Afonso Feijó, disse que o peso da Cofins prejudicará o setor, que trabalha com margens pequenas de lucros.

— No caso dos supermercados, que operam com volumes de venda maiores e baixa lucratividade, a nova Cofins terá, certamente, que ser repassada aos preços — disse Feijó. ■

José Luiz da Conceição



PINHEIRO NETO, presidente da Anfavea: entidade vai se empenhar para que a alíquota do IPI seja mantida em 99